



**PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DO PARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO  
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 24/2021**

---

**PARECER JURÍDICO PRÉVIO Nº 61/2021**

**PARECER JURÍDICO PRÉVIO AO  
PROJETO DE LEI N 42/2021, QUE  
DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO  
MÍNIMA DE 50% DE MULHERES NOS  
CONSELHOS DE CONTROLE SOCIAL.**

**1) RELATÓRIO**

Foi encaminhado para fins de emissão de Parecer Prévio da Procuradoria, previsto no §1º, do art. 241 do Regimento Interno desta Casa de Leis, o Projeto de Lei nº 042/2021, de autoria da Vereadora Eliene Soares, que dispõe sobre a composição mínima de 50% de mulheres nos conselhos de controle social.

O Projeto encontra-se devidamente acompanhado de justificativa.  
É o relatório.



PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DO PARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO  
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 24/2021

---

## 2) FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com o projeto, “os Conselhos Municipais de Controle Social com sede em Parauapebas devem contar com a composição mínima de 50% (cinquenta por cento) de mulheres” (Art. 1º, *caput*)

De início cumpre delinear, ainda que brevemente a previsão legal e o papel do Conselhos Municipais no âmbito da estrutura político-jurídica do país.

Os Conselhos revestem-se de natureza jurídica eminentemente fiscalizatória, exercendo funções de colaboração e controle da Administração, como instrumentos de participação Comunitária no governo.

No tocante à base legal da existência dos Conselhos, deve-se buscar seu fundamento primário de matriz constitucional. Pois bem, nos termos do art. 1º<sup>1</sup>, da Constituição Federal, o Brasil adotou o regime democrático em suas vertentes representativa e participativa. Assim, a população exerce o poder através dos representantes que elege (democracia representativa) e, também, diretamente, nos termos previstos na Constituição (democracia participativa).

Já no plano municipal, a Lei Orgânica de Parauapebas (Art. 1º) estabelece as mesmas balizas que a Constituição Federal delineou em seu Art. 1º.

Nesse sentido, de acordo com as ponderações até aqui tecidas e com os princípios e diretrizes citados, verifica-se que a matéria de atuação do Conselho possui estreita relação com o regime democrático adotado pelo Brasil,

---

<sup>1</sup> **Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: **I** - a soberania; **II** - a cidadania; **III** - a dignidade da pessoa humana; **IV** - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; [\(Vide Lei nº 13.874, de 2019\)](#) **V** - o pluralismo político. **Parágrafo único.** Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.



PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DO PARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO  
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 24/2021

---

devendo a legislação infraconstitucional disciplinadora de tais órgãos adotar parâmetros, critérios e estrutura compatíveis com tal regime.

Assim, a matéria em pauta no projeto em análise relaciona-se primordialmente não com a organização interna dos conselhos de controle social - seara que, em princípio, estaria reservada à iniciativa do Poder Executivo- (art 53 da Lei Orgânica do Município) mas, sim, com a garantia de que o controle social, a ser exercido por meio da participação popular nos variados conselhos existentes, possa ser efetivado em consonância com a diretriz constitucional.

Neste ponto, são oportunas as ponderações de Vanderlei Siraque a respeito da natureza e das funções dos Conselhos de políticas públicas em sua obra "Controle social da função administrativa do Estado — Limites e possibilidades na Constituição de 1988", Editora Saraiva, 2ª Ed., 2009, p. 126 e seguintes:

Formalmente, talvez não houvesse a necessidade de criação de conselhos de políticas públicas para a aplicação dos princípios que fundamentaram a República do Brasil. Mas, a bem da verdade, historicamente não foi possível dar eficácia plena às normas definidoras dos direitos fundamentais sem esses meios de participação efetiva da sociedade no planejamento e acompanhamento da execução das políticas públicas necessárias para que essas normas tenham efetividade.

Nesse sentido, os conselhos têm importância ímpar na eficácia social e na efetividade das normas constitucionais referentes à saúde, à educação, aos idosos (...)

(.. .) Sob o enfoque jurídico, o conselho é aquilo que a lei determina que ele seja.

Mas, é, óbvio que somente tem sentido a existência de conselhos de políticas públicas se estes forem instrumentos concretos de partilha de



PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DO PARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO  
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 24/2021

---

poder entre governantes e a sociedade para a democratização da elaboração e gestão das políticas públicas, servindo de mecanismos, de controle social das atividades estatais.

Cumpra deixar bem claro que a regra geral e abstrata que o projeto visa instituir não interfere de modo algum com a forma de funcionamento ou exercício das funções dos Conselhos, ou seja, com a sua atuação tipicamente administrativa, de modo que não há que se cogitar interferência do Poder Legislativo sobre área de competência privativa do Poder Executivo.

Corroborando as assertivas acima, tem-se a doutrina do Prof Sérgio Resende de Barros, abaixo reproduzida, na qual é traçada uma necessária distinção entre normas de organização tipicamente internas que interessam exclusivamente aos órgãos administrativos e normas de organização que interessam de modo geral à sociedade:

“Daí, que a expressão administração pública assumiu dois sentidos: um sentido amplo, voltado para o interesse geral da comunidade; e um sentido estrito, voltado para o interesse interno de cada Poder, revestindo aqui o caráter de competência privativa do Poder a que se refere. Decorre daí o princípio estruturante da iniciativa legislativa sobre matéria público-administrativa. A saber: a administração do interesse geral da comunidade constitui matéria que não pode ser furtada à própria comunidade, nem sequer aos legisladores por ela eleitos, devendo-se garantir neste caso a iniciativa popular e a iniciativa parlamentar, ao passo que a administração dos interesses internos pertinentes a cada Poder não deve ser acessível senão a ele próprio, privativamente, para assegurar sua autonomia. Aqui, sim, se deve garantir a exclusividade da iniciativa.

...

Inegável, que o Poder Executivo tem o poder de gerir os negócios gerais da sociedade, como a educação, os transportes, a previdência e a assistência sociais, etc. Cabe a ele, nesses campos, definir as políticas públicas e exercer a administração em sentido externo a si



PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DO PARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO  
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 24/2021

---

mesmo. Mas essa competência gerencial — administração em sentido amplo — não implica retirar dos demais Poderes seus respectivos poderes em tais campos, por exemplo, impedindo o Legislativo de iniciar a legislação ou o Judiciário de decidir os litígios relativamente a tais negócios em que predomina direta e imediatamente, antes que o interesse de um Poder, o interesse maior e geral de toda a comunidade”.

Nesse diapasão, importante se faz ressaltar, que o estabelecimento de critérios de incentivo e garantia para a participação efetiva de homens e mulheres nas decisões políticas da sociedade, possui como marco o §3º do art. 10 da Lei Nacional 9.504; de 30 de setembro de 1997, a qual estabelece normas para as eleições, e que dispõe que do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo devendo ser lembrado que tal disposição foi acrescentada pela Lei Nacional nº 12.034, de 29 de setembro de 2009.

O Tribunal Superior Eleitoral, quando chamado a se manifestar sobre a matéria decidiu em Recurso Especial Eleitoral que tal previsão legal deve ser plenamente aplicada tendo-se em vista que:

(...)

O pluralismo constitui fundamento da República brasileira, estando entre seus objetivos a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Assim, à vista da quantidade de candidatos que um partido ou coligação poderão registrar, no mínimo 30% desse total deverá ser ocupado por um dos sexos. (Respe nº 784-32. 2010 6. 14. 0000/PA).

Assim o fundamento do projeto consubstancia-se como decorrência lógica do disposto no - art. 3º, inciso IV, da Constituição Federal, *verbis*:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:



**PODER LEGISLATIVO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**  
**PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO**  
**PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 24/2021**

---

(...)

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Desta forma, o que o presente projeto visa é a criação de uma disposição que implique na garantia do preenchimento das vagas dos Conselhos de participação social, compostos de representantes eleitos ou designados, por pessoas do sexo masculino e feminino, seguindo ideia similar a trazida pela Lei Nacional nº 9. 504, de 30 de setembro de 2007, conforme já restou destacado.



PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DO PARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO  
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 24/2021

---

### 3) CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto esta Procuradoria Especializada de Assessoramento Legislativo, **entende, conclui e opina pela legalidade e constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 42/2021, de autoria Parlamentar, com base nos argumentos explicitados no decorrer deste Parecer.

É o parecer, smj da autoridade superior.

Parauapebas/PA, 13 de abril de 2021.

---

Cícero Carlos Costa Barros

Procurador Legislativo

Mat. 562323